Banco Inbursa de Investimento S.A. (Anteriormente Banco Standard de Investimentos S.A.)

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial Referentes ao Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Henri Dunant, 1383
4º ao 12º Andares - 04709-110
São Paulo - Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Inbursa de Investimentos S.A.
(Anteriormente Banco Standard de Investimentos S.A.)
São Paulo - SP

Examinamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas Demonstrações Financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição consolidada patrimonial e financeira do Banco Inbursa de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 15 de maio de 2015 com consequente alteração de sua razão social para Banco Inbursa de Investimentos S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras que divulgam que as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações em 25 de agosto de 2015.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de agosto de 2014, com ênfase principal em relação a necessidade de aprovação pelos reguladores do processo de mudança do acionista controlador.

São Paulo, 21 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

© 2015 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		101.905	221.100
Disponibilidades	3 b. e 4	26	1.067
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	101.671	208.682
Carteira própria		101.671	208.682
Outros Créditos	7	173	11.268
Diversos		173	11.268
Outros Valores e Bens		35	83
Despesas antecipadas		35	83
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.243	7.303
Outros Créditos	7	6.243	7.303
Diversos		6.243	7.303
PERMANENTE		2.170	4.457
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		2.003	4.254
Outras imobilizações de uso		9.670	12.631
Depreciação acumulada		(7.667)	(8.377)
Intangível		166	202
Ativos intangíveis		1.174	1.030
Amortização acumulada		(1.008)	(828)
TOTAL DO ATIVO		110.318	232.860

PASSIVO	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		13.909	22.691
Outras Obrigações		13.909	22.691
Fiscais e previdenciárias		261	457
Diversas	9	13.648	22.234
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.641	97.236
Depósitos	8 a.	-	91.463
Depósitos a prazo		-	91.463
Outras Obrigações		1.641	5.773
Diversas	9	1.641	5.773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		94.768	112.933
Capital social-			
De domiciliados no exterior	10 a.	111.588	111.588
Reservas de lucros		-	67
Lucros ou prejuízos acumulados		(16.820)	1.278
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.318	232.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		6.399	10.046
Rendas de operações de crédito		-	5
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 c.	6.399	10.018
Resultado de operações de câmbio		-	23
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		-	(4.769)
Despesas de captação no mercado	8 a.	-	(4.764)
Despesas de empréstimos e repasses		-	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	1
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		6.399	5.277
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(20.955)	(3.947)
Receitas de prestação de serviços	13 b.	-	20.897
Despesas de pessoal	16 b.	(15.808)	(16.559)
Outras despesas administrativas	15	(4.926)	(6.672)
Despesas tributárias		(389)	(1.984)
Outras receitas operacionais	16 d.	441	906
Outras despesas operacionais	16 c.	(273)	(535)
RESULTADO OPERACIONAL		(14.556)	1.330
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	16 e.	24	15
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		(14.532)	1.345
QUANTIDADE DE AÇÕES	10 a.	111.587.801	111.587.801
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R$		(0,13)	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		135.889	549	4.650	(29.500)	111.588
Redução de capital-						
Redução de capital	10 a.	(24.301)	(549)	(4.650)	29.500	-
Lucro do semestre		-	-	-	1.345	1.345
Destinações / Reversões-						
Reserva legal		-	-	67	(67)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		111.588	-	67	1.278	112.933
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		111.588	-	-	(2.288)	109.300
Prejuízo do semestre		-	-	-	(14.532)	(14.532)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		111.588	-	-	(16.820)	94.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Semestre	(14.532)	1.345
Ajustes ao Lucro Líquido	562	108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1)
Depreciação e amortização	750	1.039
Constituição / Reversão com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(165)	(915)
Perda na alienação de imobilizado	(23)	(15)
Resultado Ajustado	(13.970)	1.453
Variação de Ativos e Obrigações	13.602	(3.010)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	14.438	(12.713)
(Aumento) / Redução em operações de crédito	-	221
Aumento / (Redução) em outros créditos	13.692	20.066
Aumento / (Redução) em outros valores e bens	48	148
Redução em depósitos	-	4.291
Aumento / (Redução) em outras obrigações	(14.576)	(14.802)
Redução em resultados de exercícios futuros	-	(221)
Caixa Líquido Proveniente / (Utilizado) nas Atividades Operacionais	(368)	(1.557)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Reclassificação de investimentos	-	-
Alienação de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(226)	(5)
Alienação de imobilizado	88	64
Aquisição no intangível	(111)	-
Reclassificação do intangível	-	-
Ganho na alienação de investimentos	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(249)	59
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(617)	(1.498)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	643	2.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	26	1.067
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(617)	(1.498)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem Mexicana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir o Banco Standard de Investimentos (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país e passa a ser a 11ª marca mais valiosa do México.

No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando as pequenas e médias empresas (PME's), replicando o foco de atuação de negócios no México.

O controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, aprovado pelo Banco Central do Brasil e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução nº 4.280, de 31/10/2013 e Circular 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos das referidas regulamentações. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência.

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do Conselho de Administração e atribuída a Diretoria da Administração do Banco, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela sua Diretoria em 21 de agosto de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação: São avaliados na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

(ii) Títulos disponíveis para venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

(iii) Títulos mantidos até o vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

e) Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

No período o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

g) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

h) Permanente

Imobilizado de uso - demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%.
- Equipamentos de processamento de dados - 20%.
- Instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados.

Ativo intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Impairment de ativos não-financeiros

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1° de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Receitas e despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinando pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

l) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

(i) Provisões: são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado a saída de recursos para a liquidação das obrigações.

(ii) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(iii) Passivos contingentes: são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

(iv) Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30 junho	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	26	1.067
Total de caixa e equivalentes de caixa	26	1.067

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos disponíveis para venda", sendo estes apresentados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelos seus valores de mercado na data do balanço, sendo o ajuste positivo ou negativo, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado (TVM)". Em 30 de junho de 2015 e 2014 a carteira era composta por:

a) Composição da carteira

	2015			2014	
	Sem vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
Disponíveis para venda-					
Letras Financeiras do Tesouro - Livres	101.671	101.671	101.671	208.682	208.682
Total disponíveis para venda	101.671	101.671	101.671	208.682	208.682

b) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Rendas de títulos de renda fixa	6.399	10.018
Total	6.399	10.018

6. CARTEIRA DE CÂMBIO

Em função da nova estratégia adotada, conforme descrito no contexto operacional, o Banco não está efetuando novas operações e não possui posições em aberto na carteira de câmbio.

Os resultados de operações de câmbio foram:	2015	2014
Rendas de câmbio	-	34
Despesas de câmbio	-	(11)
Total	-	23

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Adiantamento e antecipações salariais	153	245
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	3
Devedores por depósitos em garantia (*)	4.236	3.862
Impostos e contribuições a compensar	2.007	3.441
Valores a receber	20	-
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 13 b.)	-	11.020
Total	6.416	18.571
Total curto prazo	173	11.268
Total longo prazo	6.243	7.303

(*) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais.

8. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2015	2014
Depósitos a prazo	-	91.463
A vencer após 360 dias	-	91.463
Total de depósitos	-	91.463

Os depósitos a prazo eram compostos por valores indexados ao CDI-CETIP, com percentual de 108,50%.

Resultado com captações

	2015	2014
Despesas de depósitos a prazo	-	(4.697)
Outros	-	(67)
Total de despesas de captação no mercado	-	(4.764)
Resultado de empréstimos e repasses (*)	-	(6)
Total de despesas com captações	-	(4.770)

(*) O resultado obtido na captação com empréstimos e repasses é composto por juros e variação cambial do período.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2015	2014
Provisão para despesas de pessoal	12.508	20.615
Provisão para outras despesas administrativas	1.140	1.593
Provisão para passivos contingentes (vide nota 12)	1.641	5.773
Outros pagamentos	-	23
Total	15.289	28.007
Total curto prazo	13.648	22.234
Total longo prazo	1.641	5.773

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2015 está dividido em 111.587.801 (2014 – 111.587.801) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$111.588 (2014 - R$111.588).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovado a redução do capital, mediante a incorporação dos prejuízos acumulados no valor de R$24.301 passando o capital de R$135.889 para R$111.588. O referido ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil, em 29 de maio de 2014.

b) Dividendos

Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei. Por deliberação da Assembleia Geral, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

11. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Imposto de renda e contribuição social	
	2015	2014
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes		
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	(14.532)	1.345
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(14.532)	1.345
Adições/(exclusões)	(4.713)	(9.635)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.359)	(1)
Provisão para contigências trabalhistas	(165)	(915)
Adições/(exclusões) temporárias	(13.678)	(14.263)
Adições/(exclusões) permanentes	11.489	5.544
Base tributável antes da compensação de prejuízo fiscal	(19.245)	(8.290)
Base tributável para imposto de renda e contribuição social	(19.245)	(8.290)
Total de imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-

b) Créditos tributários não ativados

O Banco possui prejuízos fiscais de R$159.495 (2014 - R$140.845) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal e Contingência) de R$13.992 (2014 - R$27.643), sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) no montante de R$69.395 (2014 - R$67.395), esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

12. CONTINGÊNCIAS

Contingência classificada com risco de perda provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R$1.641 (2014 - R$5.773).

Contingências classificadas com risco de perda possível: não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais:

(a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo a prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização alegou que a instituição não apresentou provas suficientes para comprovar que tais serviços foram prestados à pessoa jurídica domiciliada no exterior e que, portanto, essas receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 30 de junho de 2015, o valor do auto monta R$9.477 (2014 - R$9.070).

(b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos sub judice contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB ás fls. 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R$4.236 (2014 - R$3.862).

(c) Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R$10.726 (2014 - R$0).

Não há causas cíveis contra o Banco de conhecimento da Administração.

13. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração:

Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2015, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R$10.000, para o semestre de 2015 (2014 - R$10.000).

No semestre findo em 30 de junho de 2015, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R$3.172 (2014 - R$6.397).

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, Banco Inbursa, S.A. Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa, a parte controladora final, e as entidades controladas por ela. No semestre não houveram operações com as partes relacionadas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, antes da aprovação do regulador as partes relacionadas do Banco incluíam transações com a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela.

As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2015 e 2014:

		2015		2014	
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício
Receita de prestação de serviços- Standard Bank PLC	Ligada	-	-	11.020	11.332

14. INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASILÉIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO:

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basiléia II em 30 de junho de 2015 corresponde a 95,51 % (66,90% em 2014).

	2015	2014
Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	94.767	112.933
Patrimônio de referência exigido - PRE	10.914	18.734
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	83.853	94.199
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	2,29%	3,95%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015 e de 2014, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Aluguéis	(700)	(653)
Depreciação e amortização	(750)	(1.040)
Processamento de dados	(1.510)	(1.640)
Serviços técnicos especializados	(700)	(1.455)
Comunicações	(172)	(270)
Manutenção e conservação de bens	(207)	(383)
Viagens	(155)	(158)
Serviços do sistema financeiro	(114)	(73)
Água, energia e gás	(87)	(96)
Promoções e relações públicas	(10)	(33)
Segurança	(3)	(3)
Transportes	(14)	(54)
Publicações	(30)	(49)
Propaganda e publicidade	-	(22)
Outras	(474)	(743)
Total	(4.926)	(6.672)

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Receitas de prestação de serviços refere-se à prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a clientes no montante de R$0 (2014 - R$9.565), e a Standard Bank PLC no montante de R$0 (2014 - R$11.332).

b) Despesas de pessoal referem-se a:

	2015	2014
Proventos	(10.404)	(11.388)
Encargos sociais	(4.167)	(3.003)
Benefícios	(534)	(1.180)
Honorários	(686)	(893)
Despesa de remuneração de estagiários	(7)	(37)
Treinamento	(10)	(58)
Total	(15.808)	(16.559)

c) Outras despesas operacionais referem-se a variação cambial de operações R$(272), provisão para contingências trabalhistas de R$(1) (2014 - R$(508)) e perdão de dívida de operações de crédito no montante de R$0 (2014 - R$(27)).

d) Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R$193 (2014 - R$146), e reversão de provisão para contingências trabalhistas de R$248 (2014 R$760).

e) Resultado não operacional refere-se principalmente a receita obtida com venda de ativo imobilizado no montante de R$24 (2014 - R$15).

f) Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.

g) Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional – CMN, o Banco mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities) de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais.

h) Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez são considerados os passivos contratados junto à matriz, bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda.

i) Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade.

j) Gestão de Capital – A gestão de capital é realizada pela Diretoria Executiva com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos.

k) Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado estão disponíveis no endereço eletrônico:Error! Hyperlink reference not valid.

l) A Administração efetuou avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, efeito da conversão em Lei da Medida Provisória 627/13, e, tendo em vista a natureza das atividades do banco e seus benefícios, não optou pela antecipação da sua vigência no ano calendário de 2014, acatando as alterações propostas pela lei a partir de 1º de janeiro de 2015.